

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ — PERMANÊNCIA DE SEQÜELAS REFERENTES À ACIDENTE DO TRABALHO**EMENTA**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E ACIDENTES DO TRABALHO DE , brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de , portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º , residente e domiciliado (a) na Rua , n.º , Bairro , Cidade , Estado , por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua , n.º , Bairro , Cidade , Estado , onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor AÇÃO SUMÁRIA DE ACIDENTE DO TRABALHO em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (INSS), autarquia federal com sede na Rua , n.º , Bairro , Cidade , Estado , pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS O requerente desenvolvia a sua atividade laborativa como empregado junto à , endereço comercial na Rua nº , nesta Capital, sendo admitido em .../.../..., com rescisão contratual ocorrida em .../.../... (doc.). Além das funções de encanador, típica do seu trabalho profissional, o requerente acumulava ao seu trabalho a função de motorista para o atendimento dos clientes às visitas do trabalho rotineiro, o que nem por isso percebia alguma remuneração. No dia-a-dia do seu trabalho, nas atribuições da sua atividade, o requerente desempenhava o seu ofício com inteira responsabilidade, pois, era exclusivamente daquela tarefa que obtinha o sustento para a sua família. No transcorrer do desenvolvimento da sua atividade o requerente, dentro da sua jornada de trabalho em data de .../.../... aproximadamente às horas, acabou se envolvendo num acidente de trânsito o qual resultaram lesões em sua pessoa, culminando em internamento hospitalar e conseqüente afastamento da sua atividade profissional (Boletim do BPTRAN e anotações em CTPS, fls. - doc.). Em decor rência, foi assistido a partir da dia pelo INSS (INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS SOCIAIS) - AT nº permanecendo em tratamento até .../.../..., oportunidade em que lhe foi concedida alta para posteriormente submeter-se a exame pericial (doc.). Tendo em vista o requerente ter-se apresentado naquela oportunidade e, ainda encontrar-se, completamente debilitado e sem condições para o desempenho normal da sua atividade laborativa, o requerente continuou afastado da sua atividade profissional até que fosse realizada a perícia médica, percebendo auxílio doença no período de .../.../... à .../.../... (doc.). Submetido à nova perícia médica em .../.../..., foi considerado, injustamente, apto para o trabalho, conforme Comunicação de Resultado de Exame Médico, em anexo (doc.). Ora, como se depreende dos documentos acostados, o requerente encontrava-se legalmente afastado das suas funções face a um acidente ocorrido no transcorrer de sua jornada de trabalho. A Empregadora, simplesmente, bem antes da realização da perícia médica, sem o mínimo respeito pelo seu funcionário, quer a anos dignificava o seu trabalho honrando o nome da Empresa, foi colocado às margens do infortúnio, como se vê do termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (doc.). O requerente teve como conseqüência do acidente a fratura dos dois (2) membros inferiores, fratura de costela e todas as conseqüências advindas do evento e que permanecem traumatizadas, acompanhando o requerente até o momento. Internado no hospital , nesta Capital, esteve sob os cuidados dos médicos Dr. , como chefe clínico e Dr. (auxiliar assistente). Fraturas desta natureza para uma perfeita reabilitação requer-se no mínimo (....) a (....) dias, fato este que não ocorreu, pois, para o requerente não lhes foram dado mais do que (....) dias para a retirada daquelas ataduras de gesso (doc.). O requerente, até a presente data, encontra-se desempregado e in capacitado para o trabalho, face às fortes dores e seqüelas que o acidente lhe ocasionou e pela falta de

amparo do órgão previdenciário. DO DIREITO A presente encontra fulcro na Lei nº 6.367/76, Decreto nº 89.312/84, Portaria nº 3.212/78 do Ministério do Trabalho, artigos 275 a 281 do CPC e demais diplomas legais que regulam a matéria. DOS PEDIDOS Diante do exposto, propõe a presente perante este R. Juízo, consoante ao artigo 109, inciso I, parte final da Constituição Federal, e Súmula 501, do STF, para requerer o que segue: a. Inicialmente, a gratuidade da Justiça face ao e